

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

BROOKE (Christopher). — *O Renascimento do Século XII*, Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Coleção "História Ilustrada da Europa". Lisboa, Editorial Verbo. 1972, 222 páginas, 132 ilustrações, 1 mapa, 1 volume — 14,5 x 21 cm.

A coleção "História Ilustrada da Europa" já publicou dezesseis volumes sem sequência cronológica sobre diferentes momentos históricos. Nela figuram trabalhos de autores de nacionalidades diferentes, traduzidos para o português. A obra em epígrafe foi publicada originalmente por Thames and Hudson em Londres, com o título *The Twelfth Century Renaissance*, em 1969.

Dentro do espírito da coleção, Brooke realizou um estudo documentado, provido de notas para cada capítulo, além de uma bibliografia sobre os vários temas, havendo ainda um suplemento bibliográfico da edição portuguesa. As ilustrações compõem-se de reproduções de pinturas, esculturas, miniaturas, manuscritos e baixos-relevos. A obra inclui um mapa parcial da Europa indicando os locais referidos no texto, bem como uma cronologia dos autores, obras literárias e artísticas mencionadas, e ainda dos chefes políticos e religiosos e acontecimentos principais. Completa esta edição um índice ideográfico.

O autor propôs-se a estudar a cultura do século XII através de uma vasta série de ilustrações e textos. O tema em si — o Renascimento do século XII — seria muito extenso para um só trabalho, portanto Brooke selecionou alguns tópicos. À procura da definição dos elementos da vida cultural, estudou os de natureza teológica, a gramática e a lógica; o Direito Canônico e a organização da Igreja; arte e arquitetura; e por fim a poesia em língua vulgar. Cada uma dessas partes é estudada através de um vulto dominante do período. Por exemplo, escolheu Abelardo e Heloisa, para analisar, através dos mesmos, o sentimento religioso, a teologia e o humanismo de Paris. João de Salisbúria aparece como o representante do humanismo inglês, mesmo em Paris, Reims e Roma. O procedimento de Brooke acima indicado foi também utilizado pelo historiador francês Philippe Wolff no seu livro *O Despertar da Europa* (1), onde para caracterizar a cultura europeia da Idade Média, escolheu três vultos: Alcuino, Gerberto e Abelardo.

Dois capítulos merecem destaque: o referente à arte e aquele sobre a poesia em língua vulgar. No primeiro a análise do românico e do gótico foi

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

(1). — WOLFF (Philippe), *O Despertar da Europa*. Lisboa, Editora Ulisséia, 1973, igualmente por nós resenhado nestas páginas.

feita através de Teófilo, monge alemão, criador do tratado *De Diversis Artibus*. Este revela as relações entre patronos, construtores e artistas e representa o laço estreito entre o mundo do simbolismo medieval, a teologia e o Renascimento italiano. No segundo o poeta Wolfram von Eschenbach, o historiador Godofredo de Monmouth e o escritor de romance Walter Map constituem-se em autores pouco estudados, representando, portanto, uma contribuição. Desta forma, não obstante o caráter de divulgação da coleção, dado que o historiador americano Haskins no seu livro *The Renaissance of the Twelfth Century* (2), tratando da literatura latina do período, fixou-se sobretudo nos livros e bibliotecas, gramática e retórica, deixando de lado a literatura em língua vulgar e a arte, ganha destaque o trabalho em foco.

Como o autor afirma no prólogo "a relação de alguns raros espíritos criadores, homens e mulheres, com o mundo em que nasceram e as suas extraordinárias limitações e oportunidades, eis o tema deste livro". Em suma trata-se de uma obra de leitura interessante e rica, cujo tema — os movimentos culturais do século XII na Cristandade Ocidental — não deixa de ser apaixonante.

DULCE AMARANTE DA SILVA RAMOS

* *
*

WOLFF (Philippe). — *O Despertar da Europa*. Coleção Livros Pelicanos, tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa, Editora Ulisséia, 1973, 235 páginas, 3 mapas fora do texto, 1 volume 16º (10,5 x 18 cms).

A coleção inglesa *Pelican Books*, publicada em Lisboa pela Editora Ulisséia, apresenta um defeito — a supressão de notas de rodapé — o que prejudica a consulta da obra por parte dos historiadores. Este é o caso deste trabalho, no qual o autor utiliza citações, das quais, na maior parte das vezes, não se pode localizar a fonte. De qualquer maneira, o objetivo dos "Livros Pelicanos" é colocar ao alcance do público em geral obras de intenção académica na sua elaboração. Devido ao fato de não termos tido acesso ao original, não nos foi possível avaliar se as características da edição inglesa se constituem em um empobrecimento em relação à francesa.

Dentro do espírito da coleção, o historiador Philippe Wolff realizou um estudo sério de síntese, sobre a cultura europeia na Idade Média. Enriquece a edição uma bibliografia geral e três mapas. O título escolhido — *O Despertar da Europa* — sugere a visão do autor de que a cultura, do século VI até o século XII, estava em processo de formação, após a ruína da civilização antiga com as invasões bárbaras.

(2). — HASKINS (C. H.), *The Renaissance of the Twelfth Century*, Cambridge, Mass., 1927.

O método de trabalho utilizado para desenvolver o tema foi a escolha de três vultos que marcaram suas épocas — Alcuino, Gerberto, e Abelardo — através da análise do meio histórico e do desenvolvimento intelectual e de suas influências recíprocas. A época de Alcuino, que estruturou o Renascimento Carolíngio; a época de Gerberto e os primeiros passos da ciência ocidental; e a época de Abelardo, mais rica culturalmente, acentuando as suas contribuições metodológicas na investigação lógica. Convém ademais ressaltar a abundância de informações do capítulo sobre Abelardo, no qual Wolff apresenta um resumo da história da ciência e o seu contato com a ciência árabe e judaica.

A partir do século XII Wolff acredita numa civilização européia com características próprias. A única lacuna — a história do desenvolvimento artístico — foi justificada na introdução onde o autor, com franqueza elogiável, admite a sua insuficiência de qualificações na matéria. Em suma trata-se de um livro de leitura agradável, que não pretendeu esgotar o assunto.

DULCE AMARANTE DA SILVA RAMOS

* * *

*

USHER (A. P.). — *História das invenções mecânicas*. Edições Cosmos. 2 volumes. Lisboa, 1973.

O livro de Usher, considerado um dos clássicos da História da Técnica, teve uma 1ª edição em 1929, em New York. Dada a extrema pobreza existente em relação à publicação de textos sobre História da Técnica em português, esta edição do livro de Usher pela Edições Cosmos é um fato a ser saudado.

Este livro não se limita a uma enumeração de aquisições técnicas, pois o autor coloca desde o início a sua preocupação por uma metodologia da História da Técnica. Os primeiros capítulos são dedicados à especulação sobre não apenas o método, mas também sobre o objeto do estudo a que o autor se propõe. Destes capítulos sai a linha que orientará todo o livro: o autor se propõe a estudar o desenvolvimento dos mecanismos, como um dos aspectos da história econômica.

Depois de determinada a linha de trabalho a ser seguida, é apresentado um apanhado geral do desenvolvimento técnico desde as primeiras civilizações, pela Grécia, até os primeiros mecanismos de transformação de energia na Baixa Idade Média.

Este apanhado geral funciona como uma introdução ao estudo do desenvolvimento dos mecanismos a partir da Renascença. Leonardo da Vinci é apresentado como um marco, já que é a partir de sua obra que se firma a experimentação em tecnologia.

Seguem-se capítulos dedicados aos diversos ramos da Tecnologia: o desenvolvimento da imprensa, da maquinaria, da produção de instrumentos de precisão, das diversas formas de produção de energia. A descrição dos mecanismos é enriquecida por um número muito grande de ilustrações, em uma apresentação bastante clara.

MARIA AMÉLIA DANTES

* *

*

SHATZMILLER (J.). — *Recherches sur la Communauté Juive de Manosque au Moyen Âge (1241-1329)*. (Collection Études Juives, vol. XV), Paris, Le Haye, 1973, I-IV, 183 páginas.

O livro de J. Shatzmiller responde, com uma pesquisa de alto nível científico, a um apelo formulado por R. Anchel em sua obra clássica *Les Juifs de France*, Dijon, 1946: a necessidade de se fazer o levantamento e análise das fontes cristãs ligadas direta ou indiretamente aos judeus franceses, mas ainda não exploradas sistematicamente no âmbito da História Judaica (1).

O autor realiza um estudo da série H dos ARCHIVES DEPARTAMENTALES DES BOUCHES-DU RHONE (MARSEILLE), rica em registros civis (2) e criminais (3) do Tribunal Temporal de Manosque, e que contém uma coleção de registros de notários manosquinos (4). Utiliza ainda os registros de notários conservados na sub-série 2 E (5) dos ARCHIVES DEPARTAMENTALES DES BASSES ALPES (DIGNE).

O trabalho de J. Shatzmiller não se limita às sugestões de R. Anchel. Focaliza a comunidade judia de Manosque entre 1241-1329 dentro das estruturas sociais e mentalidades da Idade Média, na tentativa de determinar a especificidade de sua organização interna, bem como suas relações com o mundo cristão à sua volta.

(1). — ANCHEL (R.), *Les Juifs de France*. Introdução; a retomada deste apelo de R. Anchel, abrangendo a Cristandade Ocidental na Alta Idade Média: B. Blumenkranz, *Juifs et Chrétiens dans le Monde Occidental (430-1096)*, (Collection Études Juives, vol. II), Paris, 1960, p. XIII e em especial nota 6.

(2). — SHATZMILLER (J.), *Recherches sur...* p. 4: a lista de processos civis começa em 1246-1249 (56 H 903) e termina no século XIV (56 H 943).

(3). — *Idem, ibidem*: a lista de processos criminais começa em 1240-1243 (56 H 944) e termina em 1717 (56 H 1301).

(4). — *Idem, ibidem*: a lista de processos se inicia em 1256-1257 (56 H 1088) e termina em 1328-1330 (56 H 1094).

(5). — *Idem, ibidem*: os registros utilizados pelo autor fazem parte dos fundos Meyer e Borel, e abarcando o primeiro quartel do século XIV. O primeiro registro data provavelmente de 1302-1303.

Propõe-se, dessa forma, a verificar até que ponto a origem *Francigena* (*Tsarjat*) ou *Provinciate* dos judeus de Manosque determina seu interrelacionamento. A diferenciação entre os dois grupos estabelece-se através do estudo comparativo entre listas e mapas elaborados a partir de nomes judeus encontrados nos registros de notários, bem como do Tribunal de Manosque no período 1241-1329 e textos cristãos e hebraicos contemporâneos.

Buscando determinar o número de judeus de Manosque, J. Shatzmiller depara com a dificuldade de precisar a equivalência numérica de um *hospitium* (6), unidade demográfica fundada na célula familiar.

A equivalência numérica de um *hospitium* não logra ser determinada devido às dificuldades encontradas no estabelecimento dos laços familiares: dúvidas na identificação das pessoas nos registros, omissão do número de filhos de um casal, omissão dos nascimentos, dos óbitos, das mudança de domicílio. Estas dificuldades impedem a reconstituição da célula *mater* do *hospitium* e conseqüentemente o cálculo demográfico exato da população judia de Manosque entre 1241-1329.

J. Shatzmiller utiliza dois tipos de sondagem para analisar o relacionamento judaico-cristão em Manosque entre 1241 e 1329. O primeiro tipo de sondagem consiste em estudar o comportamento do Tribunal manosquino ao julgar processos nos quais os judeus figuram seja como réus ou queixosos. O segundo tipo de sondagem busca reconstituir a "imagem" (7) dos judeus na mentalidade dos habitantes cristãos de Manosque e compara-la com a que existia nesta mesma época (1241-1329) em outras localidades da Europa Ocidental.

Para efetuar o primeiro tipo de sondagem o autor analisa, quanto à forma (isto é, quanto aos procedimentos jurídicos do Tribunal no decorrer do processo), e quanto às conclusões de julgamento (isto é, os perdões ou as condenações), estas quatro categorias de processos:

- a. — processos em que os judeus acusam cristãos.
- b. — processos em que os cristãos acusam judeus.
- c. — processos em que judeus acusam judeus.
- d. — processos em que o Tribunal de Manosque, *ex officio suo*, acusa judeus locais.

O estudo destes documentos (8) conduz J. Shatzmiller a duas conclusões. Em primeiro lugar, a comunidade judia de Manosque, ao submeter seus litígios

(6). — *Idem*, p. 27 (*apud* processos verbais de 1388, 56 H, 123-196r).

(7). — *Idem*, pp. 122-123: "Par "image" ou conception du Juif (terme déjà utilisé par les historiens des relations judéo-chétiennes), nous entendons un ensemble de qualités, de caractère négatif en général attribuées aux Juifs par des Chrétiens. Ces qualités négatives s'expriment pour la plupart par des accusations, et du mépris à l'égard du Juif en tant que tel".

(8). — *Idem*, pp. 32-118: quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30; gráficos 1 e 2. No gráfico 2 onde se lê Graphique 2. Pourcentage des différentes valeurs d'a-

internos ao Supremo Tribunal cristão local, deixava bem claro estar consciente do cerceamento da sua autonomia, no setor judiciário, face às autoridades cristãs manosquinas. Em segundo lugar, apesar deste cerceamento existir, o autor não constata *de facto* a existência de uma política discriminatória ou de privilégios desenvolvida pelo Tribunal de Manosque para com os judeus, quer nos procedimentos jurídicos deste Tribunal no decorrer do processo, quer nas suas conclusões.

O autor leva a cabo o segundo tipo de sondagem, fazendo um estudo comparativo da "imagem" do judeu delineada em processos criminais em que este elemento é acusado ante o Tribunal de Manosque de ofender a fé cristã (9), de envenenamento de pão (10), dos poços de água (11), de *muertre rituel* (12), e também uma judia é chamada de usurária (13) e outra de prostituta (14), com a "imagem" do judeu que se capta nos documentos concernentes a outras localidades medievais da Europa Ocidental. Conclui J. Shatzmiller que houve relações sociais caracterizadas por tensões entre judeus e cristãos na Europa Ocidental na Idade Média, e este tipo de relações também existiu em Manosque entre 1241 e 1329; neste período, o judeu manosquino não desfrutava de uma situação social favorável.

Entretanto, o relacionamento entre estes dois grupos não foi marcado por uma tensão constante. Isto fica patente quando uma "imagem" positiva do judeu manosquino se revela em processos nos quais figuram judeus e cristãos imanados pelos laços de amizade (15), de asilo mútuo (16), do testemunho de um judeu em favor de um cristão (17) e a cumplicidade judaico-cristã na perpetração de um crime (18).

OLGA MUSSI DA SILVA

* *
*

mendes selon les catégories de procès, 1303-1309, deve-se ler Graphique 2. Pourcentage des différentes valeurs d'amendes selon les catégories de procès, 1303-1329. No Quadro 26, onde se lê Tableau 26. La fréquence et l'ordre de grandeur des amendes, pour les années 1284-1302, deve-se acrescentar o período de 1303-1329.

(9). — *Idem*, pp. 123-124: (*apud* 56 H 946, 4v — 15-4-1265; 56 H 960, 1v-2r — 5-4-1306).

(10). — *Idem*, p. 131: (*apud* 56 H 966, 11v — 8-10-1313).

(11). — *Idem*, *ibidem*: (*apud* 56 H 960, 82v-83r — 13-9-1306).

(12). — *Idem*, p. 133: (*apud* 56 H 960, 82v-83r — 13-9-1306).

(13). — *Idem*, p. 140: (*apud* 56 H 944, 57r — 26(?)-1(?) -1261).

(14). — *Idem*, pp. 139-140: (*apud* 56 H 969, 16r — 28-3-1315).

(15). — *Idem*, pp. 141-142: (*apud* 56 H 962, 38r-38v — 18/19-4-1313).

(16). — *Idem*, p. 142: (*apud* 56 H 955, 8r — 21-11-1298).

(17). — *Idem*, p. 143: (*apud* 56 H 951, 1r — 5-6-1284).

(18). — *Idem*, *ibidem*: (*apud* 56 H 975, 54r — 6-7-1325).

BENITEZ (Ana M. de). — *Cocina Prehispanica. Pre-Hispanic Cooking*. México. Ediciones Euroamericanas Klaus Thiele. 1974. 1974. 133 páginas.

A obra em, epígrafe, pode-se dizer, única no gênero, é fruto de numerosas "investigações botânicas, filológicas, arqueológicas, etnológicas ou literárias para desentranhar as raízes e lendas acerca da cozinha mexicana e seus ingredientes" (p. 6). Em feliz associação, a autora combina a história da cozinha nativa, mais precisamente, dos astecas e dos maias com cerca de meia centena de receitas tradicionais, escolhidas, com o propósito de serem aproveitadas com os ingredientes que se possam obter nos nossos dias. São receitas que incluem as mais finas iguarias do cardápio de Montezuma, os manjares dados como oferendas aos deuses e as mais simples receitas, numa demonstração do delicado paladar dos indígenas, "comparável ao do mais refinado gastrônomo" (p. 7).

Por seu valor científico, pela linguagem acessível, pelo esmero da ilustração, copiada de originais pré-colombianos e pela novidade do seu próprio tema, esta obra é de especial interesse não somente dos especialistas como ainda do grande público de línguas espanhola e inglesa.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO

* *

*

BEINART (Haim). — *Records of the Trials of the Spanish. Inquisition in Ciudad Real. Vol. I. 1483-1485*. The Israel National Academy of Sciences and Humanities. Jerusalem, 1974. XXXVII + 638 pp.

O Professor H. Beinart, que já esteve entre nós, como convidado do Centro Brasileiro de Estudos Judáicos, é o editor desta coleção de documentos, pela primeira vez editada, Analisa os *Processos da Inquisição Espanhola em Ciudad durante os anos de 1483 a 1485*.

Sabe-se que a corte inquisitorial de Ciudad Real foi a terceira a ser estabelecida em 1483 no Reino de Castela, após a de Sevilha em 1481 e a de Córdoba em 1482. A corte de Ciudad Real tinha sob sua jurisdição as cidades e as vilas ao seu redor, bem como todo o Campo de Calatrava e a Arquidiocese de Toledo sendo precursora da Corte de Toledo para onde foi transferida em 1485.

Na Introdução o Prof. Beinart traça as razões que determinaram a escolha de Ciudad Real como o lugar da corte central para a região de Castela, em lugar de Toledo, como seria natural. Entre as razões encontramos a do receio de uma oposição da influente comunidade de Conversos de Toledo. Porém outro elemento decisivo foi o fato conseqüente à rebelião do Marquês de Villena e Rodrigo Telles Girón que, em movimento contra a monarquia

em 1474 levou, após a pacificação da região, a que em 1476 o arcebispo de Toledo, Alonso Carillo, apontasse Tomás de Cuenca para investigar os judaizantes entre os conversos de Ciudad Real. E desde que o arcebispo atuou com autoridade papal, tal investigação poderia ser considerada como uma investigação diocesana feita por um bispo ou sob as suas ordens e não exatamente uma direta atividade da Inquisição. A Coroa sentiu que tinha chegado o momento oportuno de ajustar as contas com os conversos que participaram do levante, e o modo com que Torquemada indicou os membros da Corte e a ordem em que os conversos de Ciudad Real foram levados a julgamento confirmam essa suposição aventada pelo Prof. Beinart.

Os Inquisidores chegaram a Ciudad Real na primavera de 1483, decorrendo certo tempo até o início dos julgamentos. A proclamação, em 14 de setembro, de um Período da Graça de 30 dias para as confissões, desde o estabelecimento da Corte, se seguiu o período da coleta de informações e finalmente a abertura dos processos com os Inquisidores Francisco Sanchez de la Fuente e Pero Díaz de la Costana. Com a primeira notícia do estabelecimento da Inquisição na cidade, muitos conversos a abandonaram, pois sabiam dos acontecimentos ocorridos em Sevilha e Córdoba e as calamidades que recaíram sobre as comunidades daquelas cidades, bem como conheciam os efeitos desagregadores da atividade inquisitorial. Desde a abertura do primeiro processo inquisitorial em 1 de outubro de 1483 contra Juan de la Sierra, passaram rapidamente a avolumar-se ao ponto de ser necessário proclamar um novo Período da Graça em 14 de outubro do mesmo ano. Já em 3 de novembro toda a comunidade dos conversos de Ciudad Real se encontrava processada por Fernán Falcón — ele mesmo era um converso — e em 14 de novembro de 1483 a Corte julgou, *in absentia*, Sancho de Ciudad e Maria Díaz, la Cerera, membros dos mais importantes da comunidade de conversos de Ciudad Real.

O autor do *Records* lembra que a atuação da Corte Inquisitorial em Ciudad Real pode ser dividida em três períodos: 1). — desde o seu estabelecimento, em 14 de setembro de 1483 até 14 de novembro de 1483, o dia do primeiro julgamento. Durante este período foram reunidas provas, investigações foram efetuadas e decisões foram tomadas em relação àqueles que deveriam responder a julgamento; 2). — o primeiro período dos julgamentos, de 14 de novembro de 1483 a 24 de fevereiro de 1484? 3). — O segundo período de julgamentos, até 15 de março de 1485.

O Prof. Beinart afirma que uma política inquisitorial para aterrorizar os conversos se verifica, mesmo na ordem em que os processos foram instaurados, ou seja, começando pelas personalidades mais importantes para ir descendo aos menos importantes, sendo os últimos os menos importantes da comunidade. Parece que nesse sentido quase toda a comunidade teria passado pela Corte Inquisitorial, se considerarmos que a comunidade compreendia cerca de 50 ou mais famílias, segundo a avaliação do nosso autor. A única forma de escapar às garras da Inquisição era fugir e mesmo assim nem sempre os conversos conseguiram faze-lo, pois a organização inquisitorial possuía tentáculos

muito longos, mesmo fora da Espanha. Pelo fato de não haver nenhum tratado de extradição com a Espanha, muitos dos conversos de Ciudad Real fugiram para Portugal e de um modo geral, ainda que em 1497 os judeus desse país fossem obrigados a se converter, Portugal continuou asilando conversos até o século XVI, quando resolveu estabelecer a sua própria Inquisição.

Em sua Introdução aos *Records*, o Prof. Beinart descreve aspectos particulares da composição da Corte Inquisitorial, seus funcionários, bem como as atas e os documentos processuais e sua importância, incluindo-se as confissões dos acusados, sua defesa e testemunhos, as consultas-de-fé e as sentenças, etc.

A obra, no seu conjunto, apresenta 88 processos, entre eles alguns casos onde os *legajos* não são publicados, e onde temos, no espanhol da época, uma expressão viva dos procedimentos da Inquisição, da personalidade e vida dos conversos acusados, e mais ainda, do seu cripto-judaísmo que muitas vezes é dramaticamente revelado por uma acusação

.. . "que tuvo por vesino a Juan Díaz, traperero, vesino que fue de la Ciudad Real, e a sus hijos, los donzeles, e vido como quisavam de comer el viernes para el sabado y ençendiam candiles limpios el viernes en la noche quardaban los sabados publicamente, los susodichos e sus mugeres, vestiendo camisas linpias, levantandose tarde eyendose a ver parientes" (p. 577, processo de Juan Díaz, aliás Juan Dinela).

A riqueza histórica do material reunido pelo Prof. Beinart é valiosa sob vários aspectos e principalmente para quem está interessado no estudo da atividade inquisitorial frente a questão dos conversos e, por outro lado, para o conhecimento da religiosidade judaica de nossos *anussim*. Tivemos em outra ocasião a oportunidade de ler a tese do Prof. Beinart que foi considerada pelos estudiosos do assunto uma decisiva contribuição ao estudo da Inquisição espanhola e que foi publicada em 1965 sob o título de *Anussim be-Din ha Inqizitzia* (Conversos sob o julgamento da Inquisição), fruto este amadurecido por muitos anos de pesquisas nos arquivos da Espanha.

Agora o autor nos contemplou com o primeiro volume dos *Records*, como uma natural complementação documental da já afamada tese sobre os conversos de Ciudad Real.

NACHMAN FALBEL

* *

*

PÉREZ (Carlos Federico). — *História Diplomática de Santo Domingo*, v. 1 (1492-1861) da Colección Textos Universitários. Universidad Nacional Pedro Henriquez Ureña. Santo Domingo, R. D., 1973, 446 p.

Bem escasso número de estudiosos da História tem se dedicado com afinco, aos fatos históricos de caráter diplomático, em especial, os autores da América Latina. Desta maneira, todas e quaisquer iniciativas que tomem por base o aproveitamento, a conservação e a publicação dos documentos de interesse para a história do Novo Mundo apresentam grande importância para o pesquisador e para o leitor comum.

É o caso da obra em epígrafe, primeiro volume da coleção "Textos Universitários", programada pela Comissão Editorial da Universidade Nacional Pedro Henriquez Ureña, da autoria de Carlos Federico Pérez, a um tempo professor e diplomata de carreira.

Seu estudo, em linguagem clara e simples, abrange, em duas partes, o conturbado período compreendido entre o descobrimento da estratégica ilha de São Domingos, em 1492, até a anexação da República Dominicana à Espanha, ocorrida em 1861. Assim é que, entre outros, os doze capítulos da primeira parte tratam de assuntos tais como: as relações hispano-indígenas, os ataques estrangeiros à ilha, a política dos Bourbons espanhóis, as comunidades espanhola e francesa e sua situação frente à Revolução Francesa, a crescente influência dos Estados Unidos da América, o aparecimento da República Dominicana como estado independente. Em seguida, os capítulos, em número de quinze, da segunda parte, focalizam a consolidação da autonomia, a proteção estrangeira, o conflito com o Haítí, o desenvolvimento das relações exteriores, a revolução de sete de julho de 1857 até a anexação à Espanha.

A obra se beneficia da relação de secretários de Estado, a cargo das Relações Exteriores durante a Primeira República (1844-1861), de um índice onomástico de pessoas, de um índice geral, de uma errata e de bibliografia apresentada sob a forma de notas de rodapé.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO

* * *

PHELAN (John Leddy). — *The Millenial Kingdom of the Franciscans in the New World*. University of California Press. 1970 (2nd., revised).

O livro tem como tema principal a vida e a obra de Gerônimo de Mendieta, O. F. M., autor da *História Eclesiástica Indiana*, nascido na Espanha em 1525 e morto na Nova Espanha (México) em 1604.

O autor parte do princípio que o império espanhol foi construído não somente com a espada mas com a consciência, isto é com idéias. E estas giram

ao redor de três fundamentos, ou seja: a). — o eclesiástico que aponta a missão civilizadora da Espanha em relação aos índios, representada pela concepção de Juan Ginés de Sepulveda; b). — a concepção dos teólogos dominicanos Bartolomeo de las Casas e Francisco de Vitória bem como de Domingo de Soto e Melchor Cano que fundamentavam seu pensamento na lei canônica e romana, assim como na lógica aristotélica e que afirmava que a colonização precisava respeitar a soberania política e a propriedade privada das nações do globo terrestre e entre elas a dos índios. Tal posição não impedia que o Evangelho fosse pregado a eles e em última instância ela também se fundamentava no *jus gentium* romano; c). — a terceira posição representada expressivamente por Mendieta, cujo pensamento era antípoda ao racionalismo aristotélico tradicionalmente ligado à Ordem Dominicana, tinha suas raízes na corrente apocalíptica e mística na Ordem Franciscana e "in the Spiritual and Observant movements among the Franciscans in the Middle Ages" (p. 6).

Estudando a obra de Mendieta o autor aponta, com detalhes interessantes, o papel que teve o pensamento apocalíptico-joaquimita no período dos Descobrimientos, para a formulação de uma "ideologia" da colonização, da conquista e da conversão dos índios. Entre outros elementos destaca-se a interpretação do capítulo 14 de São Lucas que evidencia os fios joaquimitas da exegese de Mendieta calcada sobre a do franciscano Nicolau de Lira (1270-1340) e importante para a idéia de conversão dos índios (*gentiles*), passo necessário para que se cumprissem as profecias do Apocalipse.

O autor também concebe o período dos Descobrimientos, sendo inaugurado no século XIII com as missões dos mendicantes, como a de João de Pian de Carpine que abria a rota para a Ásia longínqua em 1245-47 e com as viagens dos mercadores do tipo de Marco Polo. Porém com a conversão dos tártaros ao Islão no século XIV, a rota terrestre para a Ásia foi fechada. Somente com o feito de Colombo em 1492 e o de Vasco da Gama em 1499, a Cristandade realiza-se verdadeiramente com Igreja universal já que até lá ela havia permanecido com uma igreja geograficamente paroquial confinada a uma pequena parte do mundo. O espírito que animava Colombo em seu feito, segundo nosso autor, não deixa de estar ligado a uma tradição franciscana espiritual e talvez ele mesmo tenha pertencido aos Terciários daquela Ordem. De todos modos a descoberta das índias, a conversão dos gentíis e a libertação do Santo Sepulcro eram considerados três grandes eventos que prenunciavam o fim do mundo. Os vaticínios do Apocalipse que acompanhavam a civilização judaico-cristã desde os primórdios também teve seus efeitos na Idade dos Descobrimientos. Colombo assim como Mendieta herdaram tais idéias e que aliadas a uma inspiração franciscana- espiritual-joaquimita que sobreviveu no século XVI, acabou por se manifestar na atividade missionária no Novo Continente. Um dos aspectos particulares dessa atividade missionária consistiu na tentativa de construir uma Igreja Índia com valores semelhantes ao da Igreja primitiva, pré-constantiniana, onde se pudesse realizar os valores franciscanos, e o principal entre eles: o da pobreza evangélica. A raça indígena e o continente americano permi-

tiam a realização dos ideais espirituais franciscanos e os índios inaugurariam uma sociedade cristã inteiramente baseada nas mais profundas aspirações religiosas da Igreja de Cristo. Os índios são considerados o *genus angelicum* onde é possível moldar uma nova humanidade.

Todos esses elementos o autor do *The Millenial Kingdom* procura revelar entre as concepções de Mendieta e através de sua obra.

Em sua *História Ecclesiástica*, Mendieta traça uma interpretação histórica do Novo Mundo fundamentada em três pontos de vista, ou seja "a de que a história das Índias possui uma escatologia; a de que o período de 1524-1564 representou a idade de Ouro da Igreja Índia; e a de que o período de 1564-1596 representa a decadência e a ruína daquela Igreja. O final infeliz dos sonhos milenaristas franciscanos- espirituais-joaquimitas, no continente americano teve início com a atitude pragmática do Conselho das Índias, com a política hispanizadora da Coroa em relação ao continente, com as epidemias contínuas e dizimadoras da população indígena e com a terrível exploração do trabalho nativo através da imposição do sistema de *repartimiento*.

Das visões apocalípticas de Joaquim de Fiore sobreviveram atribuições da colonização espanhola no Novo Mundo e na fantasia de bem poucos persistiram as quimeras de um terceiro período da humanidade, a Idade do Espírito Santo. O livro de J. L. Phelan, que infelizmente pudemos resenhar somente agora, não deixa de ser uma obra estimulante, rica em sugestões para estudos mais monográficos e constitui, sem dúvida, uma valiosa contribuição para a história da colonização espanhola em nosso continente. Algumas interpretações do autor, bem como o uso que faz de certos conceitos ligados à história do Cristianismo e da Igreja medieval pecam por vezes pela falta de informação e mesmo apresentam certo entendimento superficial. Certas afirmações do tipo que encontramos na p. 13 quando fala do Imperador-Messias na Idade Média; "to the Jews, the Germans and the French, the Messian idea was a complex fusion of nationalism and universalism", o que não passa de uma generalização errônea e sem sentido. Também nos é difícil aceitar a afirmação da p. 22, onde o autor diz que "Columbu's frame of mind belonged to a Spiritual Franciscan tradition". Tais afirmações podemos encontrar em várias páginas da obra, mas no seu conjunto *The Millenial Kingdom of the Franciscans in the New World* dará aos seus leitores bons momentos de leitura sobre um tema pouco estudado até agora entre nossos historiadores.

NACHMAN FALBEL

* * *

*



FOUQUET (Carlos). — *O Imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808— 1824 — 1974*. São Paulo. Instituto Hans Staden, 1974. Título do original alemão: *Der Deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien*.

O livro de Carlos Fouquet é uma obra de síntese que apresenta uma visão panorâmica dos imigrantes alemães, seus descendentes e da sua contribuição para a vida econômica, social e cultural do Brasil, abrangendo um período que vai de 1808 até o ano de 1974. O roteiro nos conduz a regiões extensas, incluindo na sua análise os alemães do país inteiro, especialmente os estabelecidos nos atuais Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco. O estudo também se refere a uma área bem vasta no que diz respeito ao continente europeu, pois o autor denomina "alemães" todos os imigrantes "de língua materna alemã" (p. 66), incluindo conseqüentemente, no seu estudo não apenas os alemães provindos do Império alemão fundado em 1871, mas também os que vieram da Áustria, Suíça, Luxemburgo, Alsácia-Lorena, Hungria e outros países.

Inicialmente apresenta uma visão geral das migrações desde o século XV e mostra a contribuição dos imigrantes para o crescimento da população brasileira. Em seguida um Capítulo sobre os precursores da imigração alemã, oferecendo biografias resumidas de pessoas conhecidas de origem alemã como Hans Staden, João Maurício de Nassau-Siegen, Oeyenhausen, Imperatriz Leopoldina, Spix e Martius e outros. Segue-se um resumo histórico das Colônias alemãs nos diversos estados brasileiros. No Capítulo seguinte, Fouquet estuda as relações entre a terra natal e os emigrantes: explica os motivos que levaram à emigração, analisa a legislação alemã sobre emigração e assuntos afins, apresenta a imagem do emigrante na própria Alemanha, captada na poesia, nas canções de recrutamento e folclore, e, examina várias publicações alemãs sobre o tema "emigração". O quinto Capítulo, intitulado *O Brasil e o imigrante* é complementar ao anterior, expõe a posição dos brasileiros sobre os emigrantes alemães. Descreve a política imigratória desde o tempo de Dom João VI e apresenta as Leis, decretos e artigos constitucionais referente ao imigrante. Indaga o pensamento do brasileiro sobre o imigrante alemão pela análise de algumas obras literárias e históricas. Para tal finalidade foram escolhidos os seguintes autores e obras: *Canaã* de José Pereira da Graça Aranha; *Amor, verbo intransitivo* de Mário de Andrade; *Um rio imita o Reno* de Clodomir Viana Moog, e, *O Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo. O *Resultado da Imigração*, último Capítulo da obra, explica a contribuição do imigrante alemão na vida econômica, social, cultural, religiosa, educativa e associativa do Brasil. Completam a obra mapas, índice remissivo e uma ampla bibliografia.

Trata-se de um trabalho útil que fornece muitas informações sobre os imigrantes e seus descendentes, despertando o interesse do leitor para o assunto e incitando a estudos específicos mais aprofundados. Evidentemente, os muitos aspectos abordados no livro não podiam ser todos expostos dentro de uma análise com "grande" rigor científico, regido por metodologia apurada ou critérios rígidos de aferição. Trata-se de uma obra de síntese que pretende dar uma "visão geral sobre o imigrante alemão e a política imigratória" (p. 225), completando as obras específicas existentes sobre os diversos problemas e aspectos do assunto.

AUGUSTIN WERNET



ALMEIDA (Sylvia Lacerda Martins de). — *Uma filha de D. Pedro 1 — Dona Maria Amélia*. Companhia Editora Nacional. Brasileira. Volume 354. Ilus. Fot. São Paulo, 1973.

A Coleção Brasileira foi enriquecida com o trabalho da Profa. Sylvia Lacerda Martins de Almeida, que organizou, traduziu e anotou, após elaborada pesquisa, a biografia de Dona Maria Amélia.

A biógrafa, alma sensível, foi capaz de perceber a efêmera e suave vida de uma jovem princesa, "l'espace d'un matin".

A obra veiu a luz no Sesquicentenário da Independência do Brasil, em cooperação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com o beneplácito do Dr. Jacobina, prestando justa homenagem ao "Fundador do Imperio".

Louvamos o estafante trabalho de pesquisa, especialmente por se tratar de assunto pouco divulgado e de documentação inédita. É de agradável leitura e possibilita ao historiador um horizonte de outras possíveis pesquisas.

A distribuição da matéria é fartamente informativa e ordenada de forma didática:

I. — Na Introdução, a Autora dá notícias desde a viuvez de D. Pedro, seu segundo casamento com Dona Amélia de Leuchtenberg, partida para o exílio e nascimento de Dona Maria Amélia em Paris a 1º de dezembro de 1831. Encerra esse capítulo com dois documentos: Auto de nascimento e Auto de Batismo.

II. — Noticia a biografia da Princesa do Brasil, através de texto legal, finalizando com o Termo de Óbito e a Fundação no Funchal de um Sanatório em sua homenagem.

III. — Relata o noivado de Dona Maria Amélia com Maximiliano I do México, viagem ao Brasil, antes de sua sinistra aventura que terminou em Querétaro. Anexo uma carta a D. Pedro II.

IV. — Finaliza a obra com os últimos anos de vida de Dona Amélia, anexoando seu testamento e três apêndices:

1. — Reconhecimento de Dona Maria Amélia como princesa brasileira;
 2. — Cartas inéditas da Princesa a seu irmão D. Pedro II e
 3. — Uma série de retratos que ilustram a obra de forma objetiva.
- Assim, o trabalho de pesquisa é útil à cultura brasileira.

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS

* * *

*

L'HISTOIRE QUANTITATIVE DU BRÉSIL DE 1800 à 1930. Colloques Internationaux du Centre Nacional de La Recherche Scientifique n° 543. Éditions du Centre Nacional de la Recherche Scientifique, 1973. Endereço para aquisição: 15, quai Anatole-France, 75.700. PARIS. Preço 160,50 f.f.

Celso Furtado — Análise econômica e história quantitativa.

Maria Luísa Marcílio e Luís Lisanti — Problemas de história quantitativa do Brasil: metrologia e demografia.

Harold B. Johnson — Moeda e preços no Rio de Janeiro 1760-1820.

Fernando A. Novais — Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII ao início do século XIX (1706-1808).

Daniel Teysseire — A lexicologia na história da ideologia: inventário lexicométrico dos "Pasquins Sediciosos" de agosto de 1798 na Bahia.

Pierre Chaunu — Para uma história "sérielle" do Brasil no século XVIII: reflexões prévias.

Mircea Buescu — Para uma quantificação global da evolução econômica brasileira desde a época colonial.

Yedda Linhares e Bárbara Levy — Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro. 1808-1889.

Altiva Pilatti Balhana — A evolução demográfica de Curitiba no século XIX.

Maria Luísa Marcílio — Tendências e estruturas de casais na capitania de São Paulo, 1765-1828, segundo as listas nominativas de habitantes.

Kátia de Queirós Mattoso — Os preços na Bahia de 1750 a 1930.

Kátia de Queirós Mattoso e Johildo de Athayde — Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX.

Eulália Lahmeyer Lobo — Evolução dos preços e do custo de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930.

Gadiel Perruci — Os preços no Recife (1890-1940).

- Jurgen Schneider — O comércio da França com o Brasil e especialmente a posição do comércio francês nos diversos mercados do Brasil entre 1815 e 1848, Ensaio de uma análise da estrutura econômica.
- Hermann Kellenbenz — Dados estatísticos sobre o sistema viário Hamburgo-Terra Nova-Brasil (primeira metade do século XIX).
- Eddy Stols — Os investimentos belgas no Brasil de 1830 a 1914.
- Olivier Onody — Alguns aspectos históricos dos capitais estrangeiros no Brasil.
- Cecília Westphalen — O porto de Paranaguá no século XIX.
- Istvan Jancso — As exportações da Bahia durante a República Velha (1889-1930). Considerações preliminares.
- Istvan Jancso e Kátia de Queirós Mattoso — Como estudar a história quantitativa da Bahia no século XIX.
- Francisco Iglésias — Perspectiva da história econômica de Minas Gerais (Projeto de pesquisa).
- Luís Lisanti — A produtividade agrícola no Estado de São Paulo (séculos XIX e XX).
- Mircea Buescu — A inflação brasileira de 1850-1870: monetarismo e estruturalismo.
- Werner Baer e Aníbal Villanova Villela — Crescimento industrial e industrialização: novas perspectivas sobre as etapas do desenvolvimento econômico do Brasil.
- Jacques Boudeville — Polo de desenvolvimento e polos de crescimento brasileiros no século XX.
- Denis-Clair Lambert — O grau de dualismo da economia brasileira atenuou-se em meio século (1920-1970)?
- Louis Jeanjean — Crescimento econômico e crescimento regional no Brasil.

O Instituto de Altos Estudos da América Latina de Paris sediou entre 11 e 15 de outubro de 1971, na capital francesa, um colóquio sobre História Quantitativa do Brasil no período 1800 a 1930, organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica — CNRS, tendo como coordenador o Prof. Frédéric Mauro.

Os anais desta reunião científica foram publicados pelo CNRS, em 1973, e neles consta a lista dos participantes, o calendário das sessões com as respectivas matérias de trabalho, os discursos das sessões de inauguração e encerramento, as comunicações apresentadas e as intervenções dos ouvintes com as devidas respostas.

O colóquio teve 67 participantes entre os quais brasileiros, americanos, franceses, ingleses, alemães, portugueses e belgas.

O conteúdo das comunicações se reportaram basicamente a métodos e técnicas de pesquisa, comércio internacional, demografia, preços, investimentos estrangeiros, lexicologia em história da ideologia.

Nas suas palavras durante a sessão inaugural, o Prof. Pierre Monbeig e o Prof. Frédéric Mauro explicaram que o CNRS vem patrocinando reuniões de

estudo sobre a América Latina: primeiramente, um colóquio sobre problemas agrários; em 1964, em Toulouse, o colóquio sobre as capitais da América Latina; em 1969, no centro de geografia tropical de Bordeaux, um colóquio sobre regionalização do espaço no Brasil. O Prof. Mauro afirmou que, em 1966, estando em viagem pela América Latina levava a sugestão de dois temas para um futuro encontro de problemas latino-americanos: o papel das cidades no desenvolvimento regional e a história quantitativa. O primeiro tema sensibilizou mais os estudiosos da América Latina de fala espanhola enquanto o segundo foi de pronto adotado no Brasil, principalmente pelos grupos de historiadores de Salvador, São Paulo e Curitiba onde mais se desenvolvem estudos de história quantitativa. Eis, em suma, as origens do colóquio que ocorreu em Paris.

São óbvios a importância do encontro e o interesse da publicação dos seus trabalhos. Pena que poucos tomaram conhecimento do acontecido e tiveram acesso à publicação consequente que, como traz tudo que aconteceu, faz do seu leitor um participante, embora *a posteriori*.

Fazemos uma sugestão à diretoria da ANPUH: que num dos seus encontros bienais organize um simpósio que trate de história quantitativa do Brasil para dar sequência ao colóquio realizado em Paris.

DIÓRES SANTOS ABREU



SILVA (Celso José da). — Marchas e contramarchas do mandonismo local. (*Caeté— um estudo de caso*). Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Coleção Estudos Sociais e Políticos, nº 33, 1975.

I. — Introdução; II. — Hipótese central de trabalho; III. — Objeto de estudo; IV. — Algumas notas sobre Caeté; V. — O papel de João Pinheiro na vida política de Caeté; VI. — Os sucessores de João Pinheiro; VII. — O "Cel." José Nunes Melo Jr. e a política do município; VIII. — O período revolucionário de 1930-1945 e a política municipal em Caeté; IX. — Processo e efeitos da industrialização e da urbanização em Caeté; X. — As eleições para prefeito municipal de Caeté, de 1947 a 1970 e os partidos políticos nacionais; XI. — Discussão de alguns conceitos básicos; XII. — Identificação do grupo dirigente atual de Caeté; XIII. — Conclusão e Apêndice nº 1; Apêndice nº 2; Apêndice nº 3; Bibliografia citada.

Para a compreensão da história política do Brasil, torna-se necessário um conjunto de estudos monográficos que abordem o problema do poder político local. Inúmeros ensaístas têm ressaltado as origens privatísticas do poder pú-

blico brasileiro. Estas teorizações devem ser enriquecidas com exemplos concretos de estudos de poder político local ou *community power*, como o chamam os norte-americanos, que têm desenvolvido muitos estudos neste campo.

No Brasil, o grupo ligado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e à *Revista Brasileira de Estudos Políticos* é que tem produzido mais dentro desta linha de preocupações, destacando-se o livro em apreço.

A obra origina-se da tese de mestrado que o autor defendeu junto ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e que vem agora publicada dentro da coleção "Estudos Sociais e Políticos da Revista Brasileira de Estudos Políticos".

Na Introdução, o autor coloca o seu propósito de desenvolver um estudo que não ficasse limitado a uma resenha histórica do município escolhido — Caeté — às vezes com destaque dos elementos pitorescos ou anedóticos, como costuma acontecer, mas o de fazer uma análise rigorosamente dentro dos esquemas teóricos e metodológicos de estudos de poder político local.

Como, geralmente, esses trabalhos se referem a municípios onde o poder local está ligado a uma família cuja base econômica é a posse da terra, o autor focou suas preocupações num município das chamadas zonas metalúrgicas do Estado de Minas Gerais onde a propriedade de latifúndios poderia ser dispensável para o exercício do coronelismo. Daí a sua hipótese central de trabalho conter a afirmação

"de que nas comunidades onde a propriedade da terra não é fator predominante nem fundamental para o sistema econômico local — não se constituindo no principal e/ou único recurso político — as lideranças se estabelecem em bases mais fluidas e a circulação de elites pode ocorrer mais intensamente".

Complementa, em seguida, que tal hipótese é válida apenas para comunidades onde não se tenha desenvolvido um complexo industrial. E define também circulação de elites não como uma rotatividade de lideranças pertencentes ao mesmo grupo dominante mas como

"incorporação de novos membros em posição de competição e/ou barganha, manipulando os novos recursos políticos que são gerados dentro do próprio sistema ou que são a ele incorporados pelos novos atores".

O autor historia as alterações porque passou a economia de Caeté e as suas consequências na estrutura de poder. Isto para demonstrar que o município não possui agricultura de grande propriedade, como regra geral, que pudesse gerar o chefe político típico das áreas latifundiárias. No final do século XIX, o núcleo urbano estava em plena decadência econômica e social que vinha

desde o fim da mineração. Nesta ocasião — 1893 — fixa residência no município, João Pinheiro.

Começa a liderança de João Pinheiro no município de Caeté. Não encontrou ele dificuldades para ser aceito no meio social. Logo passou a comandar a política local, pois as lideranças então existentes dispunham de pequeno embasamento econômico — atividades de comércio e cartoriais — de nenhuma tradição de mando com base latifundiária vinda de tempos imemoriais a serem preservadas, e de um nível de conflito muito modesto. Trazia também grande bagagem política, pois já exercera inúmeros cargos públicos, até mesmo o de Governador de Estado. Fundou a Cerâmica João Pinheiro, objetivo que o trouxe à cidade e que iria vitalizar o município, criando inúmeros empregos. Esta base econômica permitirá à família Pinheiro empolgar o poder local por mais de três décadas. João Pinheiro constituiu-se no elemento que primeiro "circulou" a cúpula política de Caeté.

O sucessor dos Pinheiro, constituindo a segunda alteração da cúpula do poder em Caeté, foi o "Coronel" (apelido popular) José Nunes Melo Jr.. Mas, a sucessão não se fez por uma ruptura abrupta: as lideranças Pinheiro-Melo estão inicialmente juntas até que os Pinheiro passem a atuar no plano estadual e os Melo, no municipal. Como se dá a aliança entre os Pinheiro e o Coronel José Nunes Melo Jr.? Como os Pinheiro deixam Caeté para os Melo? O autor explica que a aliança foi pela conexão de fatores de política municipal e estadual. Os Vasconcelos Mota faziam oposição local aos Pinheiro no início da década de vinte e Israel Pinheiro da Silva, chefe dos Pinheiro, foi obrigado a se ligar ao Coronel José Nunes Melo Jr., que, apoiando a eleição de Arthur Bernardes para a Presidência da República e de Raul Soares, para Presidente do Estado, tornara-se elemento forte na comunidade, pois se constituira no elo de ligação entre o município e o Estado. Daí o começo da colaboração das duas lideranças. Os Pinheiro aos poucos foram se retirando de Caeté, porque como a Cerâmica constituía a base econômica da família, mas não era uma empresa de grandes proporções capaz de oferecer meios de subsistência a todos os membros dela. Pouco a pouco os descendentes vão procurar novas condições de trabalho e de estudo em outros centros, passando o comando político ao Coronel Melo. Este herdou a liderança dos Pinheiro, alicerçada no embasamento econômico representado pela Cerâmica João Pinheiro. Além disto contou e muito suas qualidades pessoais de energia, liderança, bondade pessoal, assistência aos pobres e necessitados (era farmacêutico prático), distribuindo sistematicamente remédios, brinquedos, roupas, calçados e alimentos. Mandou construir a Santa Casa da cidade que foi nas suas mãos eficiente fonte de atendimento popular, rendendo resultados eleitorais. Sua atuação administrativa, quando prefeito, foi realizadora e de agrado geral. A liderança do Coronel Melo vai até o ano de sua morte, em 1955. De fato, embora em 1947 tenha perdido a eleição municipal, nas de 1950 e 1954 foram eleitos correligionários seus. Terminou com ele uma fase da vida da cúpula política caetense.

Nas eleições municipais de 1958 e 1962, o PSD, agremiação dos Pinheiro-Melo, foi inexpressivamente votado. São eleitas novas lideranças oriundas do

processo de urbanização e industrialização que vinha sofrendo Caeté desde a década de trinta e que o autor mostra minuciosamente. Neste último fenômeno, tem especial importância a Companhia Ferro Brasileiro, siderúrgica de grande porte que coloca sua produção no País e no exterior, que fez concentrar na cidade uma população operária e administrativa numerosa.

Preocupado em detectar as atuais elites dirigentes do município, o autor adverte que não bastaria localizar os responsáveis pela indústria citada pois a mesma, como não depende das decisões tomadas no âmbito do município, a não ser rarissimamente, pouco se interessa em influir no governo local. Em consequência, o autor demonstrando sua versatilidade metodológica, lança mão de dois métodos retirados de autores americanos: o *reputational method* e o *decision-making method*, os quais combina com uma terceira alternativa que ele chama de método institucional. Utilizando esta combinação metodológica, o autor acaba por indicar uma lista de pessoas de Caeté exercendo a liderança na atualidade, que substituem o período do Coronel Melo.

Finalizando, o autor realça, modestamente, o sentido de colaboração do seu trabalho com o qual não pretende tirar conclusões definitivas e generalizáveis. Insiste em alertar que este estudo de caso possui características peculiares que diferem dos estudos de outras comunidades brasileiras por focar lideranças sem bases agrícolas. Conclui, dizendo que depois de 1964, as alterações legislativas de caráter administrativo e principalmente fiscal, afetaram sensivelmente a vida municipal, permitindo novos enfoques dos estudos de poder político local.

A originalidade da hipótese de trabalho desta obra é suficiente para realçar a sua importância. Acrescente-se o rigor metodológico e teórico obedecido. Ainda, a riqueza dos dados que comprovam a tese. Por tudo isto, o autor introduz na bibliografia de estudos de poder político local um livro que se torna indispensável.

DIÓRES SANTOS ABREU



ONIMUS (Jean). — *Réflexions sur l'Art Actuel*. Paris, Desclée de Bouver, 1964. 120 p.

Um livro de arte, e em especial de filosofia da arte, é matéria um pouco inusitada e elitista entre nós. A obra em questão pode parecer velha, mas a sua validade nos parece dupla: em primeiro, porque seu autor, professor de Literatura Francesa na Universidade de Nice (França) e autor de inúmeros outros livros sobre o mesmo assunto, é um especialista e ensinou nos Estados

Unidos e no Brasil (Porto Alegre e Recife), tendo uma obra traduzida para o português, *A Arte e a Vida*. Em segundo lugar, pela profunda atualidade com que o assunto se coloca num mundo em crise espiritual.

Não se trata simplesmente de urna mera história da arte. A obra tem um alcance muito mais ponderavel, constitui-se de uma série de reflexões do autor sobre a atuação da arte dentro da sociedade, suas funções e manifestações. Ela implica na própria necessidade de revermos nossas concepções de arte e de sociedade perante uma realidade sempre mutavel, mutação que questiona nossas concepções e valores e que não se produz senão mediante crises consideráveis.

No capítulo inicial — *La Culture contre la Civilisation* — encontram-se condensadas as idéias centrais, desenvolvidas depois segundo os seus aspectos filosóficos (a espiritualidade da arte), aspectos históricos (distinção entre arte moderna e primitiva) e aspectos concretos das proposições do autor mediante estudos do cinema, poesia, imageria religiosa e música concreta.

A arte atual representa, antes de tudo, a expressão da dificuldade de viver do artista. A arte se identifica com a vida psíquica na sua totalidade. Portanto, nesta medida, ela é universal e suprahistórica, porque mantem um fundo comum acima das estruturas históricas, que é o mundo íntimo. Daí o seu valor ontológico, pois este mundo íntimo é a existência mesma, inteiramente humana, por contraposição à existência meramente racional. O racionalismo, ao contrário, tal qual o entende o autor, é a existência criada pelos sábios, técnicos, homens de ação. Arte se identifica à cultura. Racionalismo se identifica à civilização .

A existência verdadeira mostra-se inacessível ao saber atual. Esta ruptura, porem, não existia anteriormente. A partir do positivismo, a arte pouco a pouco se separou da civilização e assumiu um papel contrário, de contestação, de retificação contra o mundo atual. O mundo criado pelo racionalismo, quando este é maximizado, tende ao irracionalismo em razão do espírito utilitário com que as coisas são encaradas. Contra esta razão fabricatriz que despersonaliza o homem, é que se volta a arte atual. Ela representa uma outra forma de conhecimento que escapa à forma de conhecimento com que estamos habituados, joga com sensibilidade e a imaginação. Denuncia uma civilização em vias de desumanizar-se, expressa a metamorfose humana. Ensaia em quebrar a fronteira entre o ser pensante e os elementos da natureza. Neste sentido, reveste-se de um profundo sentido moral e religioso. E porque precisamente luta contra uma realidade sofrida e absurda, inassimilavel pelo intelecto, é que se torna agressiva, suscita escândalo. Esta arte "infeliz", que violenta o corpo da mulher, ignora o figurativismo e escolhe os materiais mais insólitos para o seu trabalho, capta e revela não simplesmente a harmonia e a beleza: revela muito mais a doença de uma civilização que, à força de insistir no antropomorfismo, separou o homem de si mesmo e desensinou o homem de sua necessidade vital de sonhar.

Esta a proposição da obra. Partindo de uma linguagem simples e poética, Onimus procura caracterizar o informalismo da arte atual, o porque dela ser taxada de agressiva, cruel, primitiva e abstrata e dos artistas serem marginali-

zados. Na demonstração de suas idéias, parte de um esquema dialético sociológico e filosófico. O primeiro jogo dialético se opera entre civilização e cultura, ao qual se liga o segundo jogo dialético, ao nível do indivíduo, entre seu espírito racional e seu espírito sensível. A seguir, distingue duas funções diferentes da arte, segundo níveis de referência diversos: uma função ontológica, de manifestar o espírito sensível do homem, e uma função histórica, atual, que é a de gritar contra a materialização do homem. Há na obra uma linha filosófica definida de rejeição do materialismo e do positivismo e uma ênfase na espiritualidade humana.

Sua análise crítica coloca muitas questões, sugere muitos caminhos, fruto que é de considerações de cunho sociológico, antropológico, psicológico e histórico. Entre os aspectos que alinhavamos aqui, é essencial compreender a historicidade da obra, isto é, a percepção real que o autor tem das tendências sociais do seu tempo no que elas se referem à existência humana e no que trazem para a arte contemporânea. Neste intento, ele mais uma vez se vale da dialética e aponta para o conceito de crise contra o conceito de estabilidade.

Tanto a estruturação interna da obra como as suas relações com outros domínios do conhecimento nos fornecem elementos suficientes para julgarmos da sua excelência. Sem dúvida há questões pendentes e formalmente talvez se exigisse algumas reparações — como, por exemplo, um índice crítico da bibliografia, para orientar aos interessados no assunto —, mas isso não constitui desdouro algum para a obra. Ela é tão rica de aspectos, mostrando um esforço interdisciplinar invejável, que um dos seus méritos é exatamente o de sugerir novos estudos sobre o assunto. Representa um diagnóstico e sugestão para a arte atual; uma filosofia da arte e um livro histórico pela noção nítida que tem do seu tempo. Por estes múltiplos motivos, recomendável a leigos e especialistas, a par de outras obras do mesmo autor.

ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

* * *

*

BROUÉ (Pierre). — *La Révolution Espagnole* (1931-1939). Collection Questions d'Histoire. Flammarion, 190 p.

A Revolução Espanhola é um dos fatos mais controversos e comentados da História do século vinte. Todavia, os móveis profundos que a desencadearam, as suas principais fases e respectivas diretrizes, a participação dos diversos grupos sociais, permanecem obscuros, por falta de estudos a respeito. Nesse sentido, a obra de Pierre Broué, historiador anarquista francês, vem preencher muitas lacunas sobre o assunto.

O autor toma como ponto central de sua exposição a revolução no que ela significou como luta dos trabalhadores, camponeses e operários espanhóis, como debate teórico e como toda e qualquer forma de que se revestiram os conflitos de idéias e os conflitos entre forças sociais.

A obra, obedecendo ao esquema da coleção, divide-se em duas partes. Inicialmente, ela retoma a Revolução ao nível dos eventos e aponta para a complexidade de tendências político-sociais da Espanha da década de 30 e mostra o jogo destas forças durante o movimento quanto às proposições próprias e à tática revolucionária em cada fase, desde a proclamação da República espanhola até a vitória de Franco. Embora o autor retrace a composição dos partidos políticos republicanos, socialistas, comunistas e das organizações sindicais, sua ênfase recai claramente nas forças sindicais anarquistas, a aliança destas com os demais partidos políticos e sua atuação no processo de coletivização revolucionária de 1936 a 1939, tentando mostrar a sua progressiva desarticulação e fracasso. A visão é enriquecida ainda pela dimensão internacional da Guerra Civil, em que a atuação da Rússia stalinista, da Inglaterra, França e da Alemanha e Itália fascistas, assume um papel bastante ponderável.

A segunda parte do livro se subdivide em duas: primeiramente, um conjunto de documentos essenciais para compreender-se a questão das organizações de trabalhadores na sua diversidade de composição, de propostas e de influências internas e externas. Segue-se um comentário crítico relativo às divergências de interpretação sobre o assunto e os problemas pendentes, sobretudo relativos a anarquistas, socialistas e comunistas, bem como aos resultados da revolução e à sua história ao nível dos eventos.

A obra traz ainda uma cronologia do movimento operário espanhol, dos principais fatos da Revolução Espanhola e dos principais fatos da História mundial no mesmo período. Traz também uma bibliografia ordenada em diversas categorias e um índice onomástico.

No conjunto, representa uma contribuição excelente para o estudo da Guerra Civil espanhola. Muitas questões e aspectos são sumariamente mencionados, sobretudo reclamar-se-ia um quadro mais preciso da ordem econômica e social do país no início da República, e mesmo uma melhor diferenciação das tendências dos diversos partidos e organizações político-sindicais. É certo que o próprio Broué se propôs a estudar em particular o movimento operário espanhol do período revolucionário, mas fe-lo mais ao nível dos eventos do que de interpretação. Seus comentários críticos são relativamente pobres. No entanto, a despeito destas lacunas assinaladas, o livro é plenamente recomendável aos estudiosos e fornece elementos factuais de base para indagações mais complexas que, sem esta sólida fundamentação, arriscam-se a distorções perigosas.